

Pedido de cargos do Centrão prejudica 5 anos, diz Sarney

ROBERTO LOPES
Enviado especial a Brasília

"Parece até que essa gente quer derrubar os cinco anos". Foi esse o desabafo que o presidente José Sarney fez, na manhã de ontem, em seu gabinete no Palácio do Planalto, com o coordenador da bancada do PMDB de São Paulo na Câmara, deputado Roberto Rollemberg, 59. O presidente se referia às últimas declarações dos deputados Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) e José Lourenço (PFL-BA), membros importantes do Centrão, de que só em troca de cargos públicos é que Sarney poderá evitar que sua gestão seja encurtada para quatro anos.

Segundo o deputado, tudo aconteceu ao final de uma audiência, quando Sarney levantou-se para acompanhá-lo até a porta da sala. Rollemberg aproveitou para reafirmar que estava a favor de cinco anos de mandato para o presidente, mas que não podia concordar com as colocações de Cardoso Alves e José Lourenço (seus colegas de Centrão) — e que por isso subira à tribuna do plenário da Constituinte, anteontem, para contestá-las. "O presidente, então, me pegou pelo braço e me levou de volta à mesa dele", contou Rollemberg à Folha, no princípio da tarde, "e mostrou um telex que dirigira a todos os seus ministros, pedindo seriedade na aplicação do dinheiro público. Depois parou e disse: 'Parece até que essa gente está querendo derrubar os cinco anos'."

Rollemberg diz que observou a

Presidente "recomenda" a espera da votação

O presidente José Sarney "recomendou" ontem aos ministros de Estado que nenhum cargo no governo federal seja preenchido até o final da votação do projeto constitucional pelo Congresso constituinte, "a não ser em casos de absoluta necessidade administrativa". A orientação de Sarney foi transmitida através de circular divulgada às 17h15 pelo Palácio do Planalto. É a segunda "recomendação" feita pelo presidente aos ministros em dois dias. A circular de ontem contradiz a primeira, expedida anteontem. Nela, Sarney determinava o preenchimento de cargos obedecendo-se critérios de "probidade, capacidade e da confiança".

Sarney: "Será que isso tudo não é porque o sr. está anunciando esse congelamento no preenchimento de cargos públicos? Será que isso não afeta essa gente?" De acordo com o deputado, a reação de Sarney foi imediata: "Pois eu posso sair daqui amanhã, mas esses cargos eles não vão ter. Brequei, sequei. Essa coisa está seca." O curioso é que o presidente da República teve essa explosão decorrida apenas 16 horas desde que seu ministro-chefe do Gabinete Civil (Ronaldo Costa Couto) declarou que, no governo, o critério decisivo para o preenchimento de

O texto de ontem, de apenas quatro linhas, foi apresentado aos ministros como "um aditamento" do enviado no dia anterior, no qual Sarney dizia que "nenhum interesse subalterno poderá ou deverá fazer o governo afastar-se de seus padrões éticos".

A primeira circular foi divulgada duas horas após o ministro-chefe do Gabinete-Civil, Ronaldo Costa Couto, afirmar, a respeito dos pedidos de mais cargos feitos por lideranças do grupo suprapartidário Centrão, que o presidente os tinha recebido com "interesse". Conforme declarou o ministro, é "natural" que o presidente "prestige" as reivindicações provenientes de sua base política de sustentação.

cargos públicos, é o do apoio político ao governo.

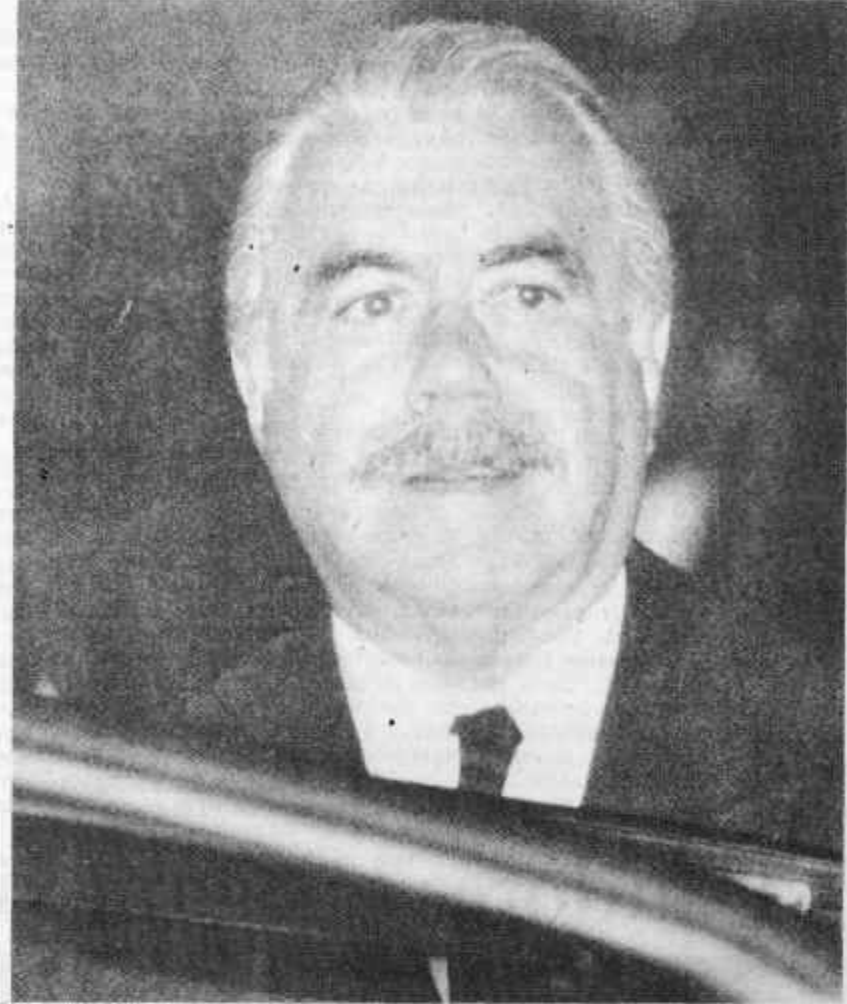
Rollemberg relatou esse seu encontro com Sarney ao governador paulista Orestes Quêrcia no final da tarde, pelo telefone. Anteontem, o próprio Rollemberg e o presidente do PMDB de São Paulo, deputado Aírton Sandoval, pareciam extremamente preocupados com os efeitos que as posições de Roberto Cardoso Alves e José Lourenço poderiam ter sobre os 19 deputados do PMDB paulista que ainda se mantêm favoráveis ao mandato de cinco anos.

"Eu só estou com os cinco anos

porque o Quêrcia está com os cinco", disse na quarta-feira, em uma roda de companheiros de bancada, o deputado Aírton Sandoval. Nesse mesmo dia, Rollemberg teve que conter o deputado Paulo Zarzur, que ameaçou trocar sua posição favorável aos cinco anos, pela defesa dos quatro. "Não faça isso agora não", argumentou o coordenador da bancada, "pelo menos por enquanto, não faça isso". A companheiros com os quais tem mais intimidade, Roberto Rollemberg disse que as posições de Roberto Cardoso Alves e de José Lourenço irritaram a, pelo menos, mais três deputados paulistas, além de Zarzur: Samir Achôa, Tito Costa e Helio César Rosas (que assumiu uma vaga na Câmara no lugar de Tidei de Lima, nomeado Secretário de Agricultura do governo Quêrcia).

Ontem, o deputado Roberto Rollemberg mostrava-se disposto a procurar seus colegas que ameaçavam passar dos cinco para os quatro anos, e contar-lhes a conversa que teve, pela manhã, com o presidente da República. O coordenador de todas as bancadas de São Paulo na Câmara, deputado Francisco Amaral (PMDB-SP), 65, estava, contudo, bem menos preocupado do que Rollemberg: "Podemos perder dois ou três que estão, hoje, com os cinco anos, mas ainda ficaremos com 15 ou 16 deputados a favor dos cinco, em uma bancada de 27 peemedebistas. O Quêrcia pode muito bem chegar no Sarney e dizer: olha aí, presidente, 60 ou 65% da bancada votaram como o sr. queria."

Moreira Mariz-16 Nov. 87



O presidente Sarney, para quem os pedidos do Centrão dificultam os 5 anos



Saldanha Derzi (PMDB), integrante do Centrão e líder do governo no Senado

Membro do Centrão é o novo líder do governo no Senado

Do enviado especial a Brasília

O presidente José Sarney convidou o senador Saldanha Derzi (PMDB-MS), 71, um integrante do Centrão, para ser o líder do governo no Senado. O convite foi feito às 17h45 de ontem, no Palácio do Planalto, e prontamente aceito.

Derzi é um dos mais antigos amigos de Sarney em Brasília. Ambos pertenceram à UDN, e chegaram juntos ao Senado, em 70, pela Arena. Na campanha presidencial de 84, Rachid Saldanha Derzi foi um malufista cauteloso, que continuou a manter seu relacionamento com Sarney, mesmo depois que ele abandonou a presidência do PDS para integrar a chapa oposicionista encabeçada por Tancredo Neves.

Nos últimos 18 anos, o novo líder do governo nunca figurou com destaque em qualquer batalha política no Congresso. Formado em medicina, Saldanha Derzi é hoje fazendeiro, dono de uma frota de três aviões, que serve a ele e a seus dois filhos na tarefa de cuidar de suas terras.

Político de centro-direita, Saldanha Derzi foi, ano passado, um dos articuladores da chamada Frente Ampla — um grupo de parlamentares ligados à UDR que atuou no exame de todas as questões pertinentes à reforma agrária nas diferentes fases da Constituinte. Ele está há nove anos na direção do grupo brasileiro da Associação Interparlamentar de Turismo.

Moreira nega envio de emissário

Da Sucursal do rio

O governador do Rio, Moreira Franco, 43, negou ontem ter enviado ao Palácio do Planalto um emissário para tentar acertar uma forma de convivência com o presidente José Sarney evitando retaliações contra seu governo. Segundo a Folha publicou ontem, o emissário de Moreira é um deputado federal do PFL fluminense que assinou a emenda que

garante cinco anos de mandato para Sarney (o governador é favorável aos quatro).

Ontem, Moreira Franco reafirmou ser favorável aos quatro anos para Sarney e, inicialmente, afirmou desconhecer a ida de um emissário de seu governo ao Planalto. Depois, disse que o fato de desconhecer a ida do emissário significava que ninguém foi por ele enviado para conversar com Sarney.

Cardoso defende plataforma social-democrata

Do enviado especial a Brasília

Sem mencionar em nenhum momento o programa do PMDB, do qual é líder no Senado, e com isso alimentando especulações sobre seu projeto de criação de um novo partido, Fernando Henrique Cardoso, 54, defendeu ontem, em discurso de quase duas horas, uma plataforma mínima de "modernização" das relações políticas, econômicas e sociais.

Nela incluiu a integração "soberana" do país na economia internacional, a partir do fortalecimento interno do "espírito de empresa", que dispensaria o protecionismo e aceitaria como regras a concorrência e a revolução tecnológica. Referiu-se à necessidade de tornar eficiente a burocracia do Estado e à democracia social, já que "o Brasil atingiu um patamar de riqueza e desenvolvimento econômico que torna criminosa a indiferença das elites diante da miséria".

O discurso, intitulado "A crise e as opções nacionais", também faz a defesa do parlamentarismo — capaz, a seu ver, de "quebrar o molde autoritário do Estado" — e é aberto pela constatação de que a atual "falta de governo" criou um clima de hostilidade e indiferença da sociedade com relação às esferas de decisão, que jamais estiveram tanto sob a suspeita de serem amplamente corruptas.

Cardoso defendeu o apressamento dos trabalhos constituintes e a eleição "imediatista" de um novo presidente da República. Não chegou, entretanto, a romper com o presidente Sarney, "cuja dimensão humana continua a merecer meu apreço".

Senadores patrocinam um diálogo de alto nível

Do enviado especial a Brasília

Depois que o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) terminou o seu discurso, o senador Roberto Campos (PDS-MT) foi à tribuna para responder. Começou então um diálogo público por cerca de uma hora entre um liberal e um social-democrata que não deixaria nada a dever aos parlamentares de mais alto nível do mundo. Campos terminou dizendo que o Brasil só progredirá pelas "conquistas lentas da razão". Mesmo em posições divergentes os dois senadores devem concordar nisso.



O senador Fernando Henrique Cardoso discursa na tribuna do Senado

Mais contundente que em discurso programático anterior, feito em 1983 tão logo assumiu sua cadeira no Senado, ele dividiu seu pronunciamento em duas partes. Na primeira, abre fogo contra o governo, mencionando o que qualifica de hesitações nas negociações da dívida externa, falta de políticas coerentes para orientar a industrialização, e descompasso na atuação dos ministérios. Qualificou a perspectiva de uma nova Constituição como "uma porta de saída para um futuro menos lastimoso", criticou a prolixidade do atual anteprojeto, e se colocou em equidistância com relação ao Centrão, por seu "arcaísmo" na concepção da iniciativa privada, e a certos progressistas embuidos do "corpora-

tivismo" e da manutenção de privilégios cartoriais.

"A política requer símbolos, requer afeto" — disse ao mencionar a necessidade de diretas tão logo a Constituição seja promulgada. "Hoje temos demagogia sem tirania. Melhor substituir logo esta argamassa podre pelo concreto do voto", acrescentou.

Na segunda parte, mais analítica, Cardoso faz de início uma defesa do mercado e da empresa segundo um receituário clássico da social-democracia. A opção pelo desenvolvimento industrial, afirma, "impõe hoje uma política científica e industrial ousada, um planejamento de investimentos e um grau de abertura à internacionalização do sistema produtivo que têm que ser encarados com decisão".

Essa internacionalização não teria como modelo o processo autárquico de um Camboja, nem a perda da soberania, pela qual o país se tornaria "reserva de mercado dependente dos centros mundiais de poder".

Conceituando o Estado moderno, não afasta sua presença da economia, mas apregoa sua libertação dos setores privados que "assediam o Tesouro" em busca de subsídios, num sistema que corrói a competição e a criatividade das empresas, criando um clientelismo também extensivo aos grupos políticos, próximos do governo.

"Sem desenvolvimento com integração soberana à economia global, sem a modernização do Estado para assegurar a implantação racional de políticas sociais, o país não escapará da pobreza", afirma o senador paulista. Criticou o medo da participação popular que reduz a democracia representativa a formas pouco inovadoras de integração entre a sociedade e o Estado.

Confessando-se um recém-convertido ao parlamentarismo, afirmou que este é o único capaz de modernizar as instituições de governo, hoje bloqueadas em sua máquina de execução, excetuadas as Forças Armadas, o Itamaraty e algumas "repartições e agências da área econômica". O parlamentarismo, afirma, substituiria o quadro atual, de "um presidente todo poderoso na aparência, mas sem ação político-administrativa sustentada". O parlamentarismo corresponderia assim, a seu ver, à "ocidentalização" das instituições brasileiras. "A sociedade moderna é demasiado complexa para ser controlada pelo sistema unipessoal", concluiu.

Campos disse que estava na "curiosa posição" de concordar com as conclusões de Cardoso sem concordar com as premissas. As conclusões de Cardoso foram: 1) o Brasil deve se integrar de maneira soberana à economia internacional; 2) é preciso delimitar as áreas de atuação do Estado e da iniciativa privada; 3) é preciso separar o Tesouro Público das contas privadas (isto é, acabar com o clientelismo); 4) implantar no país uma democracia social e 5) adotar o parlamentarismo como forma de governo.

Quando a este último tema, Campos

almo e populismo", aludindo ao Centrão.

Campos disse que o conceito de democracia social é confuso e distinguu entre uma democracia social "liberalista" e outra "estatista". Aí, ele e Cardoso estão em campos opostos, mesmo que os conceitos possam ser questionados. A contraposição pública e política desses posições, como ocorreu ontem, é a essência do chamado "debate democrático", tão escasso no Brasil.

(André Singer)